



CELESC

TODOS PRONTOS PARA O ACT 2015/16



CELESQUIANOS DEFINIRAM PAUTA DE REIVINDICAÇÕES PARA ACORDO COLETIVO

**NA CONTRAMÃO
DA CONCESSÃO**

||

PG. 2

**FNU LANÇA
MOVIMENTO EM
DEFESA DO SETOR
ELÉTRICO**

PG. 7

**PAUTA DOS
TRABALHADORES
TEM QUE SER
RESPEITADA**

PG. 7



NA CONTRAMÃO DA CONCESSÃO II

Diretor de Planejamento mente aos trabalhadores sobre PLR da Diretoria

Recentemente, o Jornal Linha Viva e o Boletim do Conselheiro publicaram matérias sobre a proposta apresentada pelo Diretor de Planejamento ao Conselho de Administração para a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) da Diretoria da Celesc. A crítica da representação dos trabalhadores gerou uma reação do Diretor. Usando como base um e-mail que de um trabalhador, e o título do livro "Somos todos Canalhas" onde colabora o Professor Clóvis de Barros (que recentemente palestrou aos celesquianos no lançamento da política anti-corrupção da Celesc), o Diretor começa a explicar aos trabalhadores aquilo que considera a visão adequada e oficial sobre o tema.

Com esta oportunidade pudemos chegar a algumas conclusões importantes. Como disse o Diretor, ele conhece muito bem o setor elétrico. Está há bastante tempo lidando com empresas e trabalhadores eletricitários. Usa até uma frase bonita para retratar a importância dos trabalhadores: "uma Empresa como a CELESC, sem as pessoas, resume-se a um amontoado de postes, transformadores e cabos - não funciona, não existe". E aqui temos mais um problema. Se o discurso é bonito, a prática não. O Diretor, quando nomeado no Conselho de Administração teve seu currículo apresentado. À época, o Jornal Linha Viva (edição nº 1225) ressaltou as "qualidades" do novo diretor: ser responsável pela privatização e demissão de trabalhadores na CPFL e na CESP. Então, ao falar que os trabalhadores são essenciais, fica uma pulga atrás da orelha que começa a morder mesmo na hora que o discurso do diretor chega à Renovação da Concessão. Afinal de contas, a lógica apresentada é que é necessária uma drástica redução de custos. Então voltamos à dualidade. Enquanto a redução de custos é necessária e, o custo de pessoal é nominado pelo Diretor, sabemos que as investidas da Celesc serão sobre os direitos dos trabalhadores. E ele é o cara. Olhem o currículo. Quantas empresas privatizadas e quantos trabalhadores demitidos? Além disso, segundo o Diretor, este é um desafio muito grande, que merece um "incentivo" a mais. Traduzindo: apertando o nó no pescoço dos trabalhadores, o Diretor deveria ganhar mais dinheiro.

Mas, também é interessante que, após ser confrontado e exposto, o Diretor venha falar da Renovação da Concessão. O "cutuque" dado pelo menos serviu para que a Celesc promovesse o debate com os trabalhadores, afinal de contas, até o então a empresa não havia feito um comunicado oficial aos trabalhadores e todas as informações que chegam aos celesquianos vieram do Representante dos Empregados no Conselho de Administração e dos sindicatos da Intercel através da Linha Viva. Mas vamos agora examinar e trazer à tona as mentiras do email do Diretor.

MENTIRAS, OMISSÕES E DISTORÇÕES

Concentrando a avaliação no ponto específico da remuneração variável dos diretores e no e-mail explicativo enviado aos trabalhadores, podemos dizer que o grande problema é que o Diretor de planejamento mente aos trabalhadores.

Há no comunicado a omissão de informações, distorção de fatos e, ainda, a utilização fora de contexto de um benefício histórico dos trabalhadores, para justificar as mentiras.

Uma das primeiras afirmações do diretor é sobre o mínimo contido na proposta da PLR dos trabalhadores. Para justificar o aumento de sua PLR, o diretor afirma que esta é muito mais difícil de alcançar, já que não contém um mínimo. Ou seja, mesmo que a empresa não tenha lucro, os trabalhadores recebem uma PLR.

Pois da mesma forma que o diretor afirma que a remuneração da diretoria não é uma PLR, a parcela mínima da PLR dos trabalhadores também não é. Pior, o diretor faz alusão a um benefício histórico que desconhece. A parcela mínima da PLR dos celesquianos é equivalente a um abono de 105% da folha de pagamento, que era concedido ao final das negociações do Acordo Coletivo. Este abono passou a ser o mínimo da PLR por conta de uma negociação dos sindicatos para, além de garantir o direito dos trabalhadores, ajudar a empresa que pagava encargos sobre o abono e, a partir da incorporação na PLR deixou de ter esse desembolso.

A segunda mentira contada aos trabalhadores é a de que um aumento nos valores da PLR dos Diretores não teria impacto financeiro para

a Celesc, saindo exclusivamente do lucro dos acionistas. Isso é mentira! A Celesc provisiona em seu orçamento os valores da remuneração variável da diretoria. Ou seja, este dinheiro sai sim dos cofres da companhia. Não é à toa que os sindicatos que compõem a Intercel participam das Assembleias Gerais Ordinárias da Celesc: é lá que a remuneração variável da diretoria é aprovada. Como é de praxe, os sindicatos da Intercel se manifestam contrários ao limite

"Há no comunicado do Diretor de Planejamento a omissão de informações, distorção de fatos e, ainda, a utilização fora de contexto de um benefício histórico dos trabalhadores, para justificar as mentiras"

de 5 salários, por considerar descajado com a realidade dos trabalhadores. Imagina 6, então, Diretor.

Resta ainda mais uma mentira: no comunicado o Diretor afirma que não faz parte da proposta qualquer redução no que é acordado para o PLR dos trabalhadores. Mais uma vez isto não é verdade. Conforme relatado pelo Representante dos Empregados e publicado no Linha Viva, a proposta do Diretor previa o pagamento de uma

PLR diferenciada para os gerentes, sem passar por acordo com sindicatos e "negociada" diretamente entre diretor e chefe. Diretoria e gerentes definiriam as metas e dessa grande negociata sairia o bônus para as chefias. E de onde sairia o dinheiro para pagar os chefes? Da PLR dos trabalhadores, claro!

Uma das coisas que podemos afirmar é que o e-mail do Diretor realmente chamou a atenção para algo que não estava explícito: se a proposta teve o consentimento da diretoria colegiada, passando inclusive pelo aval do diretor eleito pelos empregados, o quadro é pior do que havia sido pintado. Se isso for verdade, o discurso do "estamos juntos" passa a fazer mais sentido do que nunca, no pior sentido, claro.

Basicamente, o tom do e-mail trata a publicação da matéria na edição 1275 do Linha Viva com se fosse uma injustiça contra o Diretor.

Enviar esta mensagem foi uma tentativa de desacreditar os sindicatos da Intercel, que denunciaram a manobra que daria R\$ 180 mil aos diretores e, na prática teria um efeito ainda maior para eles: um belo aumento.

Naturalmente, não há justificativa que sustente o aumento nos valores da PLR dos Diretores. Melhorar a forma de avaliação do Contrato de Gestão, já dissemos que é louvável. Mas não deve ser utilizada para maquiagem outros interesses.

Se é para fazer um comunicado aos trabalhadores, que seja com a verdade. E que da próxima vez, a "resposta oficial" não deixe a Celesc ainda mais exposta e ridicularizada.



TRABALHADORES DEFINIRAM PAUTA DE REIVINDICAÇÕES PARA O ACT DA CELESC

Categoria reunida em Mafra debateu reivindicações que serão levadas à negociação com a Celesc



A Assembleia Estadual dos trabalhadores da Celesc deu novamente mostras da força dos eletricitários catarinenses. Cerca de 450 trabalhadores de todas as regiões do estado lotaram o CTG Raízes da Tradição, em Mafra, demonstrando consciência e união em um momento tão complicado para o setor elétrico Nacional.

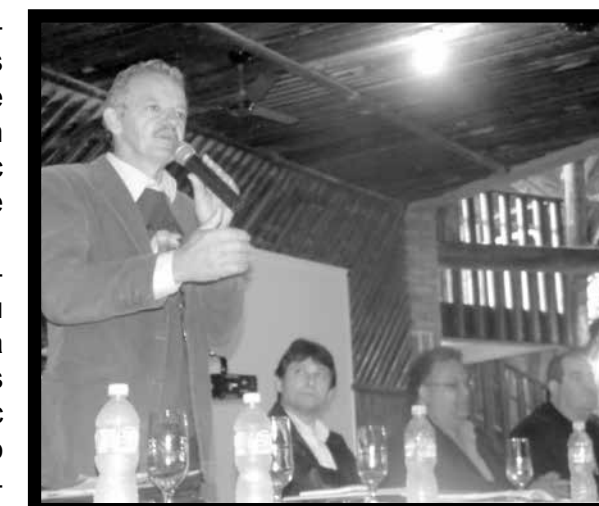
Antes de encaminhar o debate da pauta de reivindicações dos celesquianos, a categoria ouviu a palavra do Chefe da Agência Regional de Mafra, Marcos Rauen, dando as boas-vindas aos trabalhadores. Também falou aos celesquianos o Diretor Comercial e funcionário de carreira da Celesc, Eduardo Cesconetto de Souza, comentando que diversos fatores que interferem no setor

elétrico, também interferem nas distribuidoras de energia e, conseqüentemente, na Celesc. Cesconetto ressaltou que o momento atual das distribuidoras, com o processo de renovação das concessões impondo metas desafiadoras deve ter a atenção de todos os trabalhadores. Ainda assim, Cesconetto lembrou do papel

fundamental da Celesc como empresa pública que é levar energia de qualidade a todos os catarinenses. O Diretor ainda afirmou que o momento é de união, de que todos estejam engajados e cientes do momento que a Celesc está passando, mas que com toda a garra e trabalho, sairemos vitoriosos".

O Deputado Estadual Dirceu Dresch (PT), lembrou do tempo de sindicalista da agricultura familiar e das lutas conjuntas em prol da Celesc Pública. Dirceu, que tem sido o interlocutor dos trabalhadores na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, colocou-se novamente à disposição dos trabalhadores para auxiliar a categoria neste momento complicado, onde as disputas políticas têm afetado o próprio governo, com uma onda privatista voltando a assombrar o país.

A situação do setor elétrico e as disputas políticas que envolvem o país são mais desafios que apenas a união da categoria poderá superar, na defesa de seus direitos e da Celesc Pública.



TODOS PRONTOS PARA O ACT 2015/16

A categoria eletricitária catariense está preparada para a negociação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2015/16. Com cerca de 5 horas de debates, os trabalhadores da Celesc definiram a pauta de reivindicações para a negociação com a Diretoria da empresa.

Agora, com as reivindicações definidas, é hora dos trabalhadores ficarem unidos e mobilizados

para enfrentarem uma negociação que tende a enfrentamentos e dificuldades na renovação do acordo coletivo e na manutenção dos direitos dos trabalhadores.

A entrega da pauta unificada será realizada nesta quinta-feira, dia 6, em reunião com o Presidente da Celesc, na Administração Central, onde deverá ser agendado o calendário da negociação.



EXPECTATIVA DOS TRABALHADORES



"A expectativa será sempre positiva, porque a Assembleia Estadual representa o fechamento de um ciclo de trabalhos promovidos pela INTERCEL e Bases Sindicais, com a participação efetiva dos trabalhadores, que tem por objetivo a elaboração definitiva da pauta de reivindicações para a negociação do Acordo Coletivo de Trabalho. E, tendo em vista as regras estabelecidas pela ANEEL para a renovação da concessão, considero que as cláusulas discutidas representam um comportamento consciente e moderado por parte dos trabalhadores com grande possibilidade de serem atendidas".

CLÉVER DA ROCHA - ARSRL



"A minha expectativa este ano para o nosso Acordo Coletivo é que vai ser bem difícil. Ainda mais considerando o jeito que está o país, toda a política de economia com dificuldades, a oposição trabalhando contra o governo. Também a Celesc buscando reduzir custos e as tentativas de privatizar nossa empresa são desafios que se impõem.

Porém os empregados tão convictos, vão brigar, vão lutar em conjunto e, se for preciso paralisar, para a gente conseguir, pelo menos, uma parte do que estamos pedindo.

DENILSON BELLO - ARJSL



"Eu achei que o ACT este ano podia ter melhorado um pouco, tinha muitas questões que não foram muito bem debatidas, mas de modo geral a gente está levando nosso acordo com cada vez mais propostas e isso é uma coisa muito positiva. A classe que se destacou foi a dos eletricitistas que, de modo geral, se apresentou bem unida. Eu sinto falta da categoria dos técnicos, dos engenheiros, presente aqui, principalmente os novos. Eu sou funcionária nova e ainda tenho esperança na nossa empresa e acho que as pessoas também deveriam ter e vir, tentar participar, trazer sua voz. Não foi bem como eu gostaria que fosse, mas está sendo levado e eu espero que seja favorável a todos".

SILMARA RAMOS - ADM. CENTRAL



"A expectativa para este Acordo Coletivo de Trabalho é de que a gente consiga alcançar um acordo que beneficie a todos os trabalhadores da Celesc.

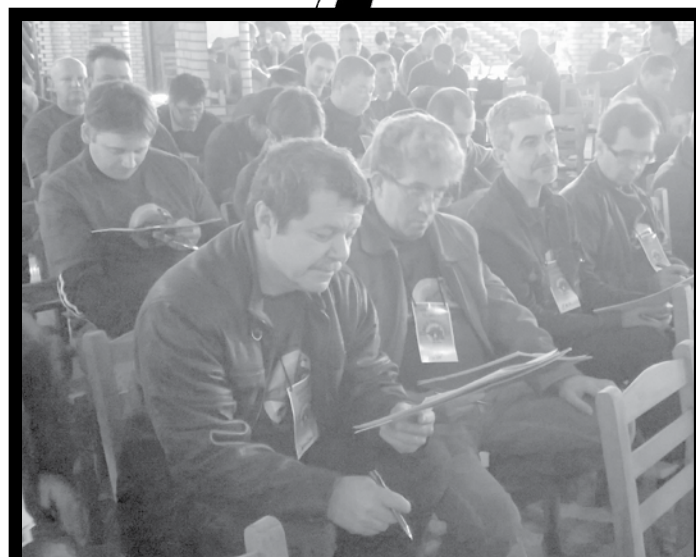
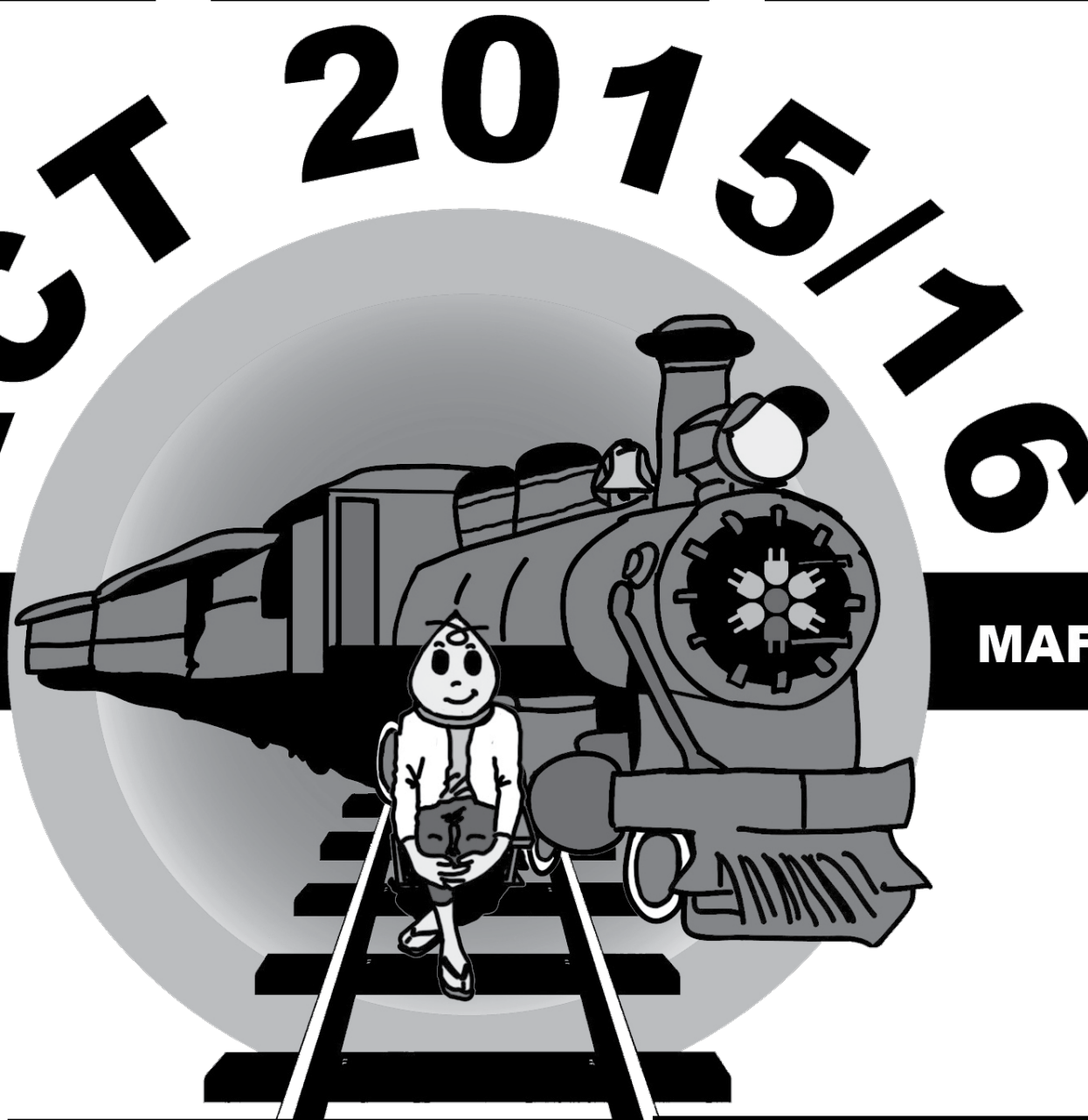
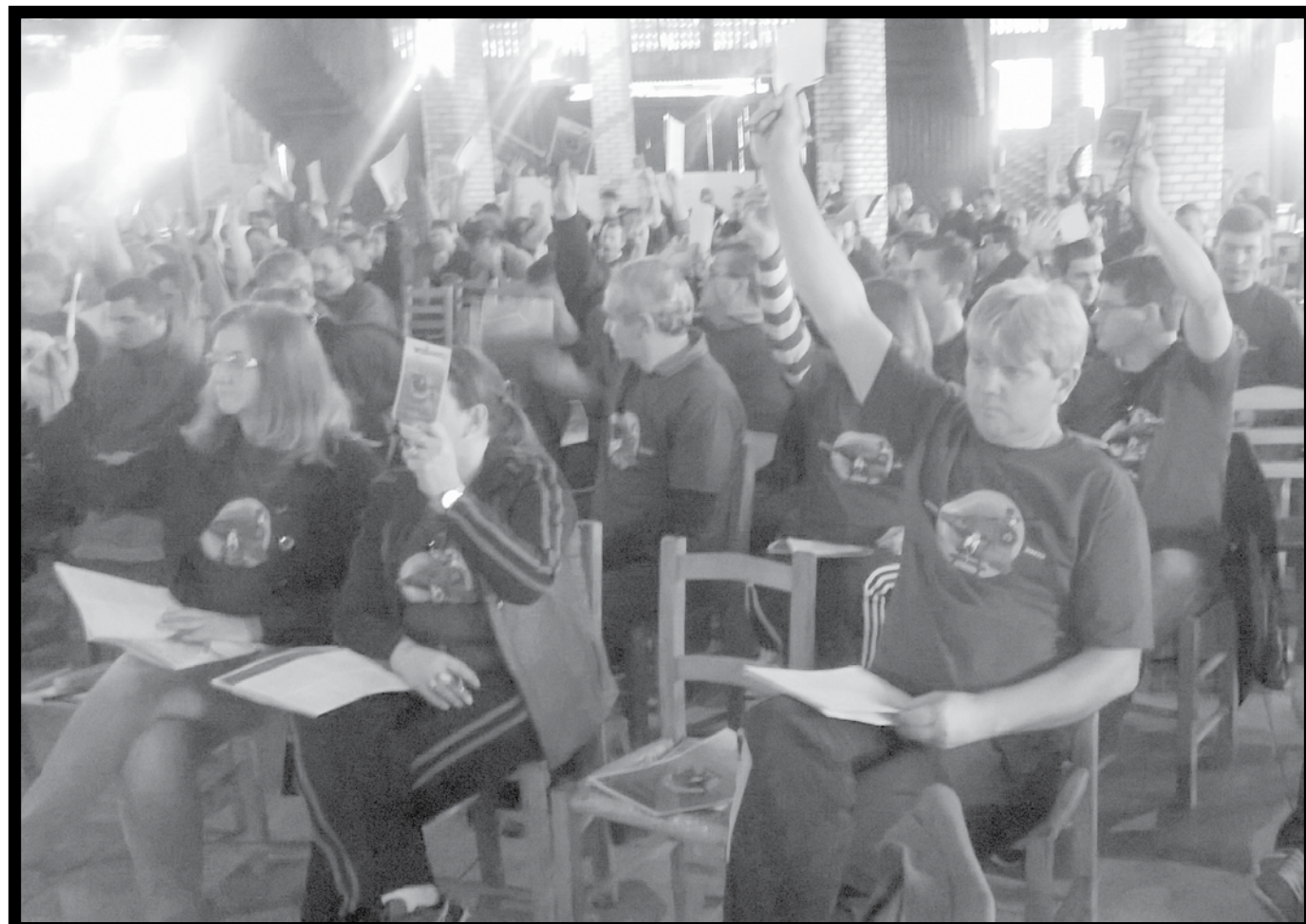
Também temos que pensar que o Acordo deve ser alcançável para a empresa, mantendo a sustentabilidade da Celesc como empresa pública".

CLEBER BORGES DA SILVA - ARCRI



"Eu vejo que o que foi pedido na pauta, para levar à Celesc, tem muitos pedidos pequenos, que não vão trazer ganhos para os trabalhadores. Até por que a empresa está passando hoje por momento crítico por conta da renovação da concessão, a questão da qualidade da energia, necessidade de diminuição de custos. Na Celesc hoje, o que acontece, os pedidos que nós estamos levando hoje para discutir com a empresa, eles não condizem com a realidade da empresa. A Celesc tem que manter aquilo que nós já conquistamos e não inchar muito nosso Acordo Coletivo".

CARLOS ALBERTO KOVALESKI - ARSMO



CELESQUIANOS REJEITAM PROPOSTA DE PLR APRESENTADA PELA DIRETORIA



A assembleia estadual dos trabalhadores da Celesc também deixou de lado por alguns minutos a pauta do Acordo Coletivo para tratar da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) 2015 dos celesquianos.

Após a última reunião com a Diretoria de Gestão da Celesc, onde os sindicatos que compõem a Intercel apresentaram as premissas fundamentais definidas pela categoria em assembleias para uma PLR que reflita o bom desempenho dos celesquianos, a empresa se comprometeu em apresentar à Intercel uma proposta oficial para ser apreciada pela categoria na Assembleia Estadual.

Neste sábado, em Mafra, antes do início do debate sobre as cláusulas do ACT, os dirigentes sindicais apresentaram aos celesquianos detalhes da proposta da empresa, relatando à categoria os entraves impostos pela Celesc à PLR.

Entre os pontos da proposta houve uma grande rejeição ao estancamen-

to de avanços com relação à parcela linear a ser distribuída aos celesquianos.

A categoria não aceitou o travamento da linearidade em 55%, tendo consciência de que a PLR é o resultado do esforço coletivo e não deve privilegiar apenas uma parte dos trabalhadores. Sendo assim, é inadmissível que a Diretoria da Celesc não contemple os avanços reivindicados pela categoria na linearidade, uma vez que não há custos adicionais à empresa.

Os trabalhadores reprovaram por unanimidade a proposta da Celesc, dando aos sindicatos da Intercel autonomia para conduzir a negociação, visando os avanços debatidos na assembleia. A categoria ainda aprovou o indicativo de paralisação para o dia 18 de agosto, caso a diretoria mantenha-se insensível às reivindicações dos trabalhadores.

A rejeição da proposta será formalizada à diretoria em reunião a ser realizada nesta quinta-feira, dia 6 de agosto.

"A categoria não aceitou o travamento da linearidade em 55%, tendo consciência que a PLR é o resultado do esforço coletivo e não deve privilegiar apenas uma parte dos trabalhadores"



INTERCEL APRESENTA CANDIDATOS PARA ELEIÇÃO NA CELOS

Continuando com a lógica de indicar trabalhadores compromissados com a categoria para ocupar os espaços representativos que impactam sobre a vida dos celesquianos, os sindicatos que compõem a Intercel apresentaram aos trabalhadores os candidatos apoiados pelos sindicatos para compor as vagas no Conselho Deliberativo da Fundação Celos.

Com a mudança nas regras da eleição e a instituição do voto universal, Intercel e AP-Celesc se uniram para buscar uma Celos cada vez mais forte. Desta forma, duas chapas "mistas" foram compostas para a disputa do pleito. A Chapa 1

é composta por Edalício dos Anjos como titular e Marlene Roz como suplente. Edalício, hoje aposentado, trabalhou na Administração Central e foi presidente da AP-Celesc. Marlene é trabalhadora da ativa da Agência Regional de Florianópolis.

A Chapa 2 é composta por Jair Maurino Fonseca como titular e Paulo César Silveria como suplente. Jair é dirigente sindical do Sindinorte e foi durante 9 anos representante dos empregados no Conselho de Administração da Celesc e conselheiro fiscal da Fundação Celos. Paulo César da Silveira trabalhou na Administração Central e foi Diretor na

Celesc. Hoje está aposentado.

Os candidatos Jair e Edalício conversaram com os trabalhadores, reafirmando a posição de lutar unidos por uma Celos forte, que represente o futuro tranquilo dos celesquianos e suas famílias.

O processo eleitoral para Conselho deliberativo da Celos acontece em voto universal, ou seja, participantes e assistidos votarão pela primeira vez nos mesmos candidatos. Segundo calendário divulgado pela Comissão Eleitoral a homologação e divulgação das candidaturas deve ocorrer até a sexta-feira, dia 7.

A eleição ocorrerá no dia 24 de setembro.



SETOR ELÉTRICO

FNU LANÇA MOVIMENTO EM DEFESA DO SETOR ELÉTRICO NACIONAL

Federação mobiliza trabalhadores contra privatizações no setor



A Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), o Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) e o STIUEG lançaram o Movimento em Defesa do Setor Elétrico Nacional. No dia 30/07 entidades de todo o país, trabalhadores da CELG, movimentos sociais e sindicais participaram de um grande ato em defesa do Sistema Elétrico Brasileiro.

A concentração aconteceu pela manhã na Praça do Bandeirante e, em seguida, as mais de 600 pessoas seguiram em marcha pelas ruas da Capital, até chegar à sede da CELG no Jardim Goiás. Durante o trajeto, os representantes das entidades e políticos que apoiam a causa discursaram e alertaram à população sobre o processo de privatização no Brasil que não trouxe solução para o setor e sim a baixa qualidade dos serviços prestados e uma das tarifas de energia mais caras do mundo. Durante toda a tarde, os participantes do ato ficaram reunidos em frente à CELG onde aconteceu o lançamento oficial do Movimento em Defesa do Setor Elétrico Nacional. Se o Governo pretende assumir mais essa agenda negativa, a resistência dos trabalhadores será feita com muita luta. No encerramento do ato, os presentes fizeram uma corrente e deram um abraço simbólico na empresa. A partir de agora, o movimento acontecerá em outras capitais brasileiras.

ELETOBRAS

PAUTA DOS TRABALHADORES TEM QUE SER RESPEITADA

Eletrobras nega maioria das reivindicações da pauta dos eletricitários

Representantes da Intersul acompanharam a rodada de negociação do ACT dos trabalhadores da Eletrobras realizada dia 31 de julho, em Brasília. A rodada mostrou o quanto será difícil a campanha salarial 2015/2016. A direção da Holding basicamente negou quase que por completo os itens da pauta da categoria, especialmente as econômicas.

Mesmo diante dos consistentes argumentos dos dirigentes sindicais do Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE), a marca da gestão da Eletrobras, como tem sido ao longo dos anos, foi a intransigência. A argumentação da holding, de que a atual

situação financeira não permite um acordo em bases justas mais uma vez foi usada pelos gestores. Essa estratégia já utilizada em negociações anteriores, não encontrará eco na categoria, pois os trabalhadores não são culpados por esse desequilíbrio econômico e financeiro do Sistema Eletrobras, e não podem pagar essa conta.

Os números mostram que os trabalhadores tiveram desempenho operacional exemplar, mostrando comprometimento com o futuro das empresas em que atuam. O CNE considera preocupante que a Eletrobras assumisse essa postura. A mesa de negociação é o momento onde é preciso estar aberto ao debate. Saber ouvir, de procurar saídas e alternativas, afinal a gestão precisa ir além da zona de conforto. Saber fazer o enfrentamento com os setores do Governo, que estão pregando o arrocho somente para os trabalhadores. Os eletricitários não vão abrir mão de um ACT 2015 decente.

O CNE defende um novo modelo para o setor elétrico, onde os trabalhadores sejam o maior patrimônio da Holding. O caminho será a mobilização, pois sem luta não haverá um acordo digno. A próxima rodada de negociação acontecerá no dia 18 ou 19 de agosto, em Brasília. Assim que houver a confirmação da data os sindicatos que compõem a Intersul e o CNE farão a divulgação.

"Os números mostram que os trabalhadores tiveram desempenho operacional exemplar, mostrando comprometimento com o futuro das empresas em que atuam"

CUTUCADAS CELESC

Tem colunista preocupado com o número de dirigentes sindicais liberados na CELESC, anunciando aos quatro ventos que seriam quarenta, dispensados do trabalho. Primeiro confunde a dispensa do ponto com dispensa do trabalho, que como todos sabem é bem diferente.

Quanto ao quantitativo, a assembleia de Mafra aprovou o pedido de dezenove, sendo que hoje somos dezessete.

Estaria o jornalista preocupado com a sobrecarga de trabalho dos liberados e defendendo um aumento das liberações? Talvez possamos convidá-lo para defender a cláusula na mesa de negociação.

Intercel
INTERCINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS
DE SANTA CATARINA

LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC
Jornalista responsável: Paulo G. Horn (SRTE/SC 3489)
Conselho Editorial: Dirceu Simas
Rua Max Colín, 2368, Joinville, SC | CEP 89216-000 |
(047) 3028-2161
E-mail: sindsc@terra.com.br
As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

Mais amor nas redes

Unesco lança documento sobre como enfrentar o discurso de ódio na internet

"Oferecendo uma análise abrangente dos quadros normativos internacionais, regionais e nacionais desenvolvidas para abordar o discurso de ódio online, e suas repercussões para a liberdade de expressão, o estudo coloca particular ênfase nos mecanismos sociais e não regulamentares que podem ajudar a combater a produção, divulgação e impacto das mensagens de ódio online"



Um novo estudo lançado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no mês passado fornece uma visão global da dinâmica que caracteriza o discurso de ódio online e algumas das medidas que foram adotadas para combatê-lo e atenuá-lo, destacando as boas práticas que surgiram nos níveis locais e globais. Ele foi desenvolvido em cooperação com o Programa em Direito de Mídia Comparado e Política (PCMLP) da Universidade de Oxford.

“Enfrentando o discurso de ódio online” foi apresentado durante a conferência “Juventude e a Internet: Radicalização do Combate e Extremismo”, realizada em Paris em 16 e 17 de junho. Oferecendo uma análise abrangente dos quadros normativos internacionais, regionais e nacionais desenvolvidas para abordar o discurso de ódio online, e suas repercussões para a liberdade de expressão, o estudo coloca particular ênfase nos mecanismos sociais e não regulamentares que podem ajudar a combater a produção, divulgação e impacto das mensagens de ódio online.

Quatro principais áreas de tensão que podem surgir entre as normas internacionais destinadas a regular a liberdade de expressão e as obrigações dos Estados e sociedades para combater ou limitar o discurso de ódio são abordadas no estudo.

Além disso, centra-se em quatro tipos de iniciativas que foram lançadas para enfrentar o surgimento e/ou a propagação de mensagens de ódio. Com base nestes casos, o estudo prevê um conjunto de recomendações que podem ser adotadas por uma grande variedade de interessados para desenvolver respostas concretas e adaptáveis.

